

AS MULHERES DO QUILOMBO PIRATUBA/PARÁ/AMAZÔNIA: refletindo o protagonismo feminino na Amazônia e os campos de luta do feminismo negro quilombola.

Vanessa Cristina Souza da Silva¹

Resumo: Este artigo teve como principal objetivo trazer os resultados de uma pesquisa com mulheres do quilombo Piratuba, seus protagonismos e os campos de luta do feminismo nesse contexto. O estudo é qualitativo e foi construído na perspectiva teórica da Pesquisa-Ação Participante, tendo como ferramenta teórico-analítica a interseccionalidade. Para isso problematizou-se a história de luta dos povos quilombolas, a qual, neste estudo, também é compreendida como a luta das mulheres quilombolas contra o racismo e o patriarcado, bem como, às desigualdades e diferenças interseccionais, estruturadas por um sistema de opressão, que impõem a elas enfrentamentos. O presente artigo trouxe os resultados das narrativas das mulheres do Piratuba, as quais compartilharam seus enfrentamentos enquanto mulheres, negras e quilombolas, na iminência de contribuir com o debate sobre o protagonismo da mulher quilombola e seus enfrentamentos tanto no campo acadêmico, como no campo político, como no movimento social.

Palavras-chave: Mulheres do Piratuba; Protagonismo Feminino; Campos de Luta do feminismo negro quilombola.

Abstract: This article's main objective was to bring the results of a survey with women from the Piratuba quilombo, their roles and the area of struggle for feminism in this context. The study is qualitative and was built from the theoretical perspective of Participatory Action Research, using intersectionality as a theoretical-analytical tool. To this end, the history of struggle of quilombola peoples was problematized, which, in this study, is also understood as the struggle of quilombola women against racism and patriarchy, as well as inequalities and intersectional differences, structured by a system of oppression, which imposes confrontations on them. This article brought the results of the narratives of the women of Piratuba, who shared their confrontations as women, black and quilombolas, in the verge of contributing to the debate on the protagonism of quilombola women and their confrontations both in the academic field and in the political field, as in the social movement.

Keyword: Women of Piratuba; Female Protagonism; Fighting Area of black quilombola feminism.

1 Introdução

A história de formação dos quilombos no Brasil está intrinsecamente associada a uma história de enfrentamento à escravidão, à exploração e a todas as

¹ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, e-mail: vanna.silva8@gmail.com.

outras formas de opressão decorridas do período da colonização contra os povos originários e a população africana escravizada.

São muitos os quilombos espalhados por todo o território brasileiro, e, se na sua formação, eram refúgios para a população africana escravizada, posteriormente, se tornaram comunidades de luta pelo pertencimento e enfrentamento às ameaças à permanência no território, sendo, no tempo presente, compreendidos como espaços de legitimação da história e cultura de seus ancestrais.

A palavra Kilombo, aportuguesado: quilombo, é originária da língua Umbundu, falada pelo povo bantu - cujos membros foram trazidos e escravizados no Brasil -, que se refere a um tipo de instituição sócio-política militar conhecida na África Central, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola.

O quilombo Ramal do Piratuba teve seu território reconhecido e certificado pela Fundação Cultural Palmares, Portaria Nº 78, DE 23 DE MAIO DE 2013, tendo sido também registrado na mesma Fundação como comunidade que se autodefine remanescente de quilombo, com base no artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Esse Quilombo está localizado no município de Abaetetuba, o qual fora desmembrado do território da capital do Estado do Pará, Belém, em 1880, de acordo com a Lei 973, de 23 de março de 1880, que também constituiu o município como autônomo (Cardoso, Elen, 2018, p.08).

Vale ressaltar que em toda a sua história, os quilombos representam formas de resistência e luta contra a opressão vivenciada pela população africana e seus descendentes em contextos de impedimento do direito de viver no território ancestral, ou seja, emerge como reação, confronto e conflito. (Dealdina, Selma, 2020) ressalta que as lutas contracoloniais há séculos travadas por esses povos em defesa do território permanecem. No Brasil, a conquista do direito à titulação do território, originado pelos quilombos, não garantiu o fim das ameaças e dos conflitos socioterritoriais, pois, mesmo as comunidades quilombolas que dispõe de documento comprovando a posse da terra enfrentam a expropriação de seus territórios.

Assim, este estudo entende que o território do quilombola envolve-se em seus complexos processos de organização social e política e enfrentamentos. Neste sentido, interessou à investigação compreender a mulher quilombola, seus protagonismos e campos de luta do feminismo negro quilombola. Para isso, foram analisadas as suas narrativas sobre as temáticas propostas e que enfrentamentos internos e externos travam.

Na iminência de se propor um estudo que toma a narrativa, a oralidade, a voz da mulher quilombola, realizou-se uma pesquisa qualitativa. A interseccionalidade foi acionada como ferramenta teórico-analítica para compreender as desigualdades e diferenças interseccionais, estruturadas por um sistema de opressão, que impõem a essas mulheres enfrentamentos.

2 As mulheres do Quilombo Piratuba

Ferro e Fernandes (2023) definem o território quilombola como um lugar vivo e criativo que envolto pela narrativa constrói histórias; através da oralidade, os quilombolas se reconhecem como membros pertencentes a uma identidade comum.

Os mesmos autores trazem a narrativa como um elemento fundamental na preservação e constituição da história dos territórios tradicionais. Para Hampaté Bâ apud Ferro e Fernandes, (2023, p.02), o narrar possibilita a ligação entre os variados tempos já vividos nas comunidades e permite a emergência de outras histórias que fazem do território um lugar compartilhado de experiências. Segundo os autores, através das experiências da comunidade fica manifesto que a oralidade é o fio condutor que une as gerações, transmite conhecimento e cria estratégias de luta.

Esse artigo apresenta os resultados das narrativas das mulheres quilombolas piratubenses que participaram da pesquisa ação-participante e indica que essas mulheres ocupam um lugar central no processo de luta contra as opressões, pela liberdade, e na elaboração de estratégias de resistência no território.

Indagadas sobre a importância das mulheres para o quilombo Piratuba, todas as narrativas exaltaram que a presença da mulher liderando, coordenando, organizando os coletivos tem convergido em melhorias ao quilombo, não somente por seus esforços e dedicações na condução das questões que dizem respeito ao

Piratuba, mas, sobretudo, porque a maioria das lutas impostas à população quilombola atingem diretamente as mulheres.

As mulheres piratubenses estão à frente não somente da Associação dos moradores do Quilombo Ramal do Piratuba (ARQUITUBA) como de todas as demais formas de organização do território, tais como: a organização doméstica, a educação escolar, a religiosidade, conduzidas pela igreja católica e evangélica, a representatividade política perante as demandas internas e externas do quilombo.

São as mulheres que asseguram elos relevantes na manutenção das identidades e territorialidades dos quilombos. As mulheres garantem a produção de alimentos por meio da agricultura, da pesca; e têm papel fundamental em assegurar práticas de aprendizado, de memórias coletivas e de trocas intergeracionais. (Silva; Oliveira, 2017, p. 73).

3 Protagonismo Feminino na Amazônia

Segundo Georgina Nunes (2006) é acionando uma relação entre agires, pensares, fazeres e resistires femininos que as mulheres negras resistem/enfrentam o sistema de dominação e suas múltiplas intersecções.

Ao abordarmos a discussão sobre as intersecções das opressões que permeiam as mulheres quilombolas, reportarmos à Patricia Collins e Sirma Bilge (2020) que trazem a interseccionalidade como importante ferramenta analítica para se compreender as estruturas dos sistemas de opressão, bem como, para pautar a justiça social na produção do conhecimento científico e dar respostas aos problemas sociais e discriminações que atingem as mulheres negras quilombolas.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, Patricia e Bilge, Sirma, 2020, p.16).

Em se tratando das mulheres quilombolas, Federici, Silvia (2017) cita as mulheres como as mais exploradas, violentadas e expropriadas nesse processo, e, ao mesmo tempo, como aquelas que mais resistiram e de formas diversificadas, sendo, até o presente momento, a principal força de resistência que alimenta a luta contracolonial e anticapitalista nas Américas e, em particular, no Brasil.

Apesar de menos disseminada que na Europa, posto que aqui a violência e o extermínio recaíam sobre os povos originários e negros escravizados, sem negligenciarmos o lugar do marcador de gênero como elemento de aprofundamento das violências, a caça às bruxas nas Américas “também foi uma estratégia de cercamento, que, segundo o contexto, podia consistir em cercamento de terra, de corpos ou de relações sociais” (Federici, Silvia, 2017, p. 382).

Na Região Amazônica, Cruz (2015) explica que o modelo colonialista que orientou o processo de ocupação e apropriação da Amazônia nas últimas décadas concebia as populações historicamente territorializadas na região e seus modos de vida como “tradicionais” e como obstáculos ao “desenvolvimento”.

Índios, negros (quilombolas) e caboclos têm sido considerados nos planos e nos projetos econômicos criados para a região como sendo portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior. Assim, eles nada teriam a aportar de positivo ao processo de desenvolvimento. Com isso, esses grupos étnicos e sociais não têm sido priorizados nas políticas públicas para a região (Loureiro, Vitoria, 2002, p.114).

Ao contrário de outras regiões onde se sugere reduzir a presença do Estado, privatizando a economia e a sociedade, na Amazônia, o Estado é instado a reorganizar a função precípua de dominação de seus aparatos, expandindo-a, intensificando-a e separando-a da influência dos movimentos sociais (O’dwyer, Eliane, 2002, p.33).

Nesse contexto, as lutas da população quilombola estão enraizadas na afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de resistência ao projeto de “modernização” autoritário e excludente que ocupou a Amazônia ao longo dos anos.

Ainda sobre as lutas da população quilombola, Oliveira e Sabino (2020) destacam as resistências das feministas negras pela garantia dos seus lugares de fala e seguem explicando a importância da descolonização dos saberes, das práticas, das imagens, dos sons e dos movimentos dos corpos e objetos pelo cosmo, que emergem

do necessário esforço de se fazer ouvir as vozes sufragadas pela Ciência Moderna que, por si mesma, elegeu quem pode ou não pode falar, valorizando e subalternizando saberes.

Esse é o momento de romper com “a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e retificá-las” (Ribeiro, Djamila, 2019, p.53).

Ante a problemática exposta, acerca dos conflitos socioterritoriais que assolam os quilombolas há séculos, e considerando o fato de as mulheres negras serem as mais afetadas pelo projeto patriarcal, colonial e pelas reproduções ampliadas do capital que estrutura a sociedade brasileira, este estudo compreende a partir das narrativas das mulheres quilombolas de Piratuba seus protagonismos e os campos de luta do feminismo negro quilombola.

Miranda e Rodrigues (2020) explicam que ao se tratar da realidade amazônica, as lutas femininas se estendem as lutas das trabalhadoras das cidades e das fábricas, alcançando as lutas do campo, como a das mulheres negras-quilombolas que também lutam e resistem ao capital.

Os mesmos autores descrevem que durante o processo histórico que retirou o povo negro da África para ser escravizado no Brasil, os portugueses imprimiram a “vergonhosa” liderança escravagista, e, ao Estado do Pará foram destinados, aproximadamente, 53.217 pessoas escravizadas africanas.

Outrossim, no processo de luta e resistência contra a escravização a que foram submetidos os negros e negras que chegavam no Brasil e que, posteriormente, construíram seus quilombos, eles encontraram muitos obstáculos na mata amazônica.

A partir do trabalho, mulheres e homens negros transformaram a natureza em prol da sua sobrevivência ao se alimentarem e se curarem por meio de frutos, folhas, raízes, cipós e plantas, fazendo roçados, produzindo, comercializando o excedente. Tornaram a região sua aliada, construindo, dessa forma, quilombos com cultura baseada nos ensinamentos da floresta e dos indígenas, (re)criando saberes, como os mutirões quilombolas, que lhes deram condição de resistência. Típicos quilombolas com especificidades que somente podem ser encontradas na Amazônia e que se mantêm em comunidade até os dias atuais. (Miranda e Rodrigues, 2020, p. 1864).

Benedita Pinto (2010 apud Miranda e Rodrigues, 2020, p. 1867) refere que estudos sobre mulheres negras rurais desvelam suas importantes agências para que suas comunidades resistam até o tempo histórico-presente nas dimensões de cultura e poder político, enquanto raça e gênero e nos seus enfrentamentos.

4 Campos de Luta do feminismo negro quilombola

O território do quilombo é um espaço coletivo, de partilha de bens, de vida em comunidade, onde o/a quilombola exerce os seus direitos fundamentais, como o acesso à educação escolar quilombola; a preservação da socio biodiversidade; a produção agrícola tradicional e às suas manifestações culturais.

O movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico e político. Traz em seu íntimo uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente em contraponto à lógica escravocrata (Souza, Barbara, 2016, p. 19).

Haesbaert (2020) enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, para o qual denomina “corpo-território” como sendo oriundo, principalmente, de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) que atentaram para o poder da corporeidade feminina ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência. Xakriabá, Célia (2018) destaca os territórios corporificados como aqueles marcados por ancestralidades oriundas da força da oralidade, dos cantos e das formas pelas quais as indígenas, quilombolas e feministas negras nomeiam as coisas e enxergam o mundo.

No campo de luta do feminismo negro, De Albuquerque Sousa, Clerislânia (2020) explica que a década de 80 traz um movimento feminista que se reorganiza em seus pressupostos teóricos ao incluir as questões de gênero nas discussões em torno das discrepâncias entre os sexos (homens x mulheres).

A mesma autora também repercute a importância de se lembrar a condição de ser mulher negra no período da escravização. Conforme convinha a seu proprietário, a mulher escravizada era considerada como um trabalhador negro, ou então, como uma fonte reprodutora de mais escravizados no futuro. Davis, Angela (2016) afirma que o sistema escravagista definia o povo negro como propriedade, onde as mulheres eram classificadas como “reprodutoras”, e não como mães, suas

crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe. Além disso, a condição de ser mulher fazia com que as mulheres escravizadas sofressem abusos físicos e sexuais, os quais funcionavam como maneira de coerção.

Como fêmeas, as mulheres escravizadas estavam inerentemente vulneráveis a todas as formas de coação sexual. Se a mais violenta punição dos homens consistia nos castigos e mutilações, as mulheres eram castigadas e mutiladas, bem como violadas. A violação, de facto, era uma expressão demonstrada pelo domínio econômico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras (Davis, Angela, 2016, p.12).

Nesse contexto, o pensamento feminista negro surge como um expoente de mudança de empoderamento para um grupo social que sofreu barbaridades no passado e que busca condições de igualdade perante a sociedade.

Lélia Gonzalez, intelectual e pioneira do movimento feminista negro no Brasil, nos anos de 1980, refletiu atentamente sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente das negras e indígenas. Ela foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, com isso, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe. O seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento e, atuando como "forasteira de dentro" (outsider within), como define Patricia Hill Collins, questiona a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras (Cardoso, Claudia, 2018, p.965).

De Albuquerque Sousa, Clerislânia (2020) ressalta que o movimento feminista negro surge a partir de um desmembramento do movimento feminista e do movimento negro.

Carneiro, Sueli (2019) coloca que a mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizaram; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero.

Silva, Givânia (2020) também reporta a Carneiro, Sueli e sua pioneira convocação para "enegrecer o feminismo" ao tratar das mulheres quilombolas,

outrossim, reforça que certas especificidades da mulher quilombola não estariam contempladas pelo feminismo branco tampouco, em parte, pelo feminismo negro.

se considerarmos certas especificidades e suas relações com elementos simbólicos como por exemplo os territórios, a cura, a relação com a sociobiodiversidade; a influência dos lugares, das regiões geográficas, dos biomas; a relação com a religião e aspectos culturais de forma mais ampla, vamos perceber que ainda há ausências de abordagens teóricas que aproximem as discussões correntes dos feminismos à realidade das mulheres quilombolas. (Silva, Givânia, 2020, p. 55)

Isso porque, segundo a mesma autora, é necessário que se considere na perspectiva de gênero da realidade quilombola seus elementos simbólicos porque nele estão a identidade racial e de gênero das quilombolas, os quais acabam por determinar suas lutas e estratégias de enfrentamento.

Reforço (...) que possamos contribuir para dar visibilidade a corpos e ouvir vozes historicamente silenciadas e subalternizadas, as vozes das mulheres negras e quilombolas. Esse movimento poderá motivar esses corpos a se apresentarem e se anunciarem com suas vozes, lançando mão de suas próprias especificidades e agências (Silva, Givânia, 2020, p.57-58).

Maria Aparecida Mendes (2020) também destaca que há uma continuação de uma injustiça epistêmica que impossibilita um diálogo equitativo quando não consideramos que mulheres negras e quilombolas são produtoras de conhecimentos singulares, oriundos de vivências em contexto comunitário profundamente conectados com o território e com suas ancestralidades.

Em seu texto, (Andrade, Sandra e Fernandes, Ana, 2020, p.125) dizem sobre a possibilidade de se falar num feminismo negro quilombola, explicando que a luta quilombola não opera em uma lógica individualista, mas em um projeto de emancipação coletiva, imensurável e ancestral.

5 Considerações finais

A experiência no quilombo Piratuba, a partir da oralidade das mulheres daquele quilombo, permitiu compreender que essas mulheres desempenham um papel central,

estabelecem vínculos de solidariedade, transmitem culturas próprias, suas identidades, ancestralidades e territorialidades, além do senso de coletividade, os quais se tornam expressos em seus cotidianos peculiares; recursos comunitários disponíveis e costumes transmitidos entre gerações.

O que dá sentido à territorialidade quilombola, conforme observado no quilombo Ramal do Piratuba, território trazido para esse estudo, é toda uma gama de fazeres e saberes que se entrelaçam como modos de vida, modos de ser, entendendo que essas práticas também são parte da resistência cotidiana desses territórios e alimentam a luta política com suas ações e seus conhecimentos.

Trazer a interseccionalidade como ferramenta teórico-analítica para esse estudo, foi possível a medida que favorecemos uma interlocução, por meio da entrevista narrativa com essas mulheres, tendo em vista a compreensão das desigualdades e diferenças interseccionais, estruturadas por um sistema de opressão, que impõem a elas enfrentamentos às ameaças ao território.

As narrativas das mulheres piratubenses desvelam que mulheres negras e quilombolas são produtoras de conhecimentos singulares, oriundos de vivências em contexto comunitários profundamente conectados com o território e com suas ancestralidades.

No contexto da Região Amazônica, de onde estamos falando com o quilombo Ramal do Piratuba, os enfrentamentos da população quilombola estão enraizados na afirmação das territorialidades, das identidades territoriais como elemento de resistência ao projeto de “modernização” autoritário e excludente que assola a Amazônia ao longo dos séculos e que permanece como ameaça à existência dos territórios ancestrais.

Essas interpretações deflagram uma importante contribuição dentro da produção de conhecimento, pois tratam a Amazônia com suas especificidades, suas realidades peculiares e seus enfrentamentos diante as ameaças advindas do capital sobre a população quilombola, especificamente, sobre essas mulheres.

Referências

ALMEIDA, ABW. Apresentação das coleções: “narrativas quilombolas” e Luta e resistência quilombolas”. AIRES, MNM Nice Guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta. Rio de, p. 07-12, 2016.

ANDRADE, Sandra. e FERNANDES, Ana. “Eu sempre fui atrevida”: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 110-127.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o Feminismo: O Pensamento de Lélia Gonzalez. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 965-986, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/15.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2024, p.965.

CARDOSO, Ellen Susy Macedo et al. Variação lexical em Abaetetuba-PA. 2018. Disponível em: TCC_VariacaoLexicalAbaetetuba.pdf (ufpa.br). Acesso em 04 jul, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados, v. 17, p. 117-133, 2003. Disponível em scielo.com. Acesso em 03 jul, 2023.

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico]/ tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

CRUZ, V. do C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 26, p. 63–89, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/208>. Acesso em: 06 set, 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Boitempo Editorial, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Col. SueliCarneiro: Jandaíra, 2020.

DE ALBUQUERQUE SOUSA, Clerislânia. Movimento feminista negro no país da democracia racial e da [des] igualdade. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 6, p. 875- 884, 2020. Disponível em <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1102>. Acesso em 15 nov, 2023.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo sycorax. São Paulo: Editora

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. Estudos avançados, v. 16, p. 107-121, 2002. Disponível no site: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzYjwpvT3vxySGCnwpK6BDw/?lang=pt>. Acesso em 14, nov. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. 1ª edição [2003]. São Paulo: N-1, 2018a.

MIRANDA, Ellen Rodrigues da Silva; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. “Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na

Amazônia. Revista Diálogo Educacional, v. 20, n. 67, p. 1862-1886, 2020. Disponível em: fcc.org.br. Acesso em 03 set, 2023.

OLIVEIRA, Wenderson; SABINO, Isabel. Currículos, cotidiano (s) e interseccionalidade: por um currículo-(r) existência. Revista Espaço do Currículo, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/50701>. Acesso em 14 out, 2023.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. ESPAÇO TEMÁTICO: TERRA, TERRITÓRIO E AMÉRICA LATINA • Rev. katálysis 24 (3), Set 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso em 17 nov, 2023.

SOUZA, Bárbara Oliveira. Aquilombar-se: Reflexões sobre aspectos político-organizativos e identitários do Movimento Quilombola no Brasil. In.:SOUZA, Edileuza Penha de; NUNES, Georgina Helena Lima; MELO, Willivane Ferreira de. Memória, territorialidade e experiências de educação escolar quilombola. Pelotas: Ed. UFPel, 2016, p. 19-35.

SILVA, G. M. Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SILVA, C. H. da; OLIVEIRA, A. R. S. de. A atuação das Mulheres Quilombolas na manutenção da identidade territorial: um olhar a partir das comunidades de Água morna e Guajuvira em Curitiba-PR. In: FIABANI, A.; GOMES, A. B. S.; MIRANDA, C. A. S. (org.). Do Quilombo ao Baton: histórias de mulheres quilombolas. Curitiba: CRV, 2017. p. 73-88.

XAKRIABÁ, N. Célia. O Barro, o Jenipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Universidade de Brasília - UnB. Brasília/DF, 2018. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34103> . Acesso em 17 nov, 2023.